



**INGRESSO AO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE PREPARAÇÃO AO
INGRESSO NA MAGISTRATURA CATARINENSE DA ESCOLA SUPERIOR
DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
– PROGRAMA DA RESIDÊNCIA JUDICIAL
Edital 023/2021**

Edital de abertura de inscrições para o Processo Seletivo de Ingresso ao **CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE PREPARAÇÃO AO INGRESSO NA MAGISTRATURA CATARINENSE DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – Esmesc**, com possibilidade de ingresso no programa da Residência Judicial,

O Juiz Maximiliano Losso Bunn, Diretor-Geral da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc), em cumprimento ao que dispõe o art. 5º da Portaria nº 001/2008 da Esmesc, faz saber a todos os interessados que estão abertas as inscrições ao **Processo Seletivo de ingresso ao Curso de Pós-Graduação de Preparação ao Ingresso na Magistratura Catarinense da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina – Esmesc, com possibilidade de ingresso no Programa da Residência Judicial, de acordo com a Resolução GP N. 42 de 18 de dezembro de 2020.**

1. Das Inscrições

1.1 O processo de inscrição dar-se-á **até 06 de outubro de 2021:**

1.1.1 **Por meio eletrônico**, obedecendo às seguintes orientações:

- a) A primeira parte do processo de inscrição para a Prova de Ingresso consiste em efetuar o pagamento da taxa de inscrição, por meio de depósito, transferência bancária ou Pix, na seguinte conta: Unicred (136), Agência 1701-9, Conta Corrente 58198-4; CNPJ 83934323/0001-80 (chave Pix);
- c) A segunda parte do processo de inscrição para a Prova de Ingresso consiste em juntar os seguintes comprovantes:
 - I – dos títulos definidos no Item 5.1;
 - II – de ter o candidato concluído com aprovação os Módulos Conteúdos



Jurídicos (M I) e/ou Práticas Jurídicas(M II) da Esmesc ou os Níveis I e II segundo o projeto pedagógico da Esmesc vigente até 2006/1, ou estar devidamente matriculado no Módulo Conteúdos Jurídicos ou no Módulo Práticas Jurídicas, nos termos do Regulamento específico;

d) A terceira parte do processo de inscrição para a Prova de Ingresso consiste em acessar o endereço eletrônico <http://www.esmesc.org.br> e, a partir do *link* específico, preencher a Ficha de Inscrição e enviar os documentos solicitados.

1.2 O processo está concluído e validado somente após o recebimento, pelo candidato, do e-mail de confirmação enviado pela secretaria da Esmesc, contendo a confirmação, o número da inscrição e a cidade de prova.

1.3 O valor da taxa de inscrição é **R\$ 110,00 (cento e dez reais)** (uma vez pago não será restituído).

1.4 O candidato que necessitar de condições especiais para a realização de prova deverá, até o dia 06 de outubro de 2021, encaminhar e-mail para secretaria@esmesc.org.br, indicando as condições especiais de prova que necessita.

1.5 A inscrição do candidato importa no conhecimento e na aceitação das condições estabelecidas no presente Edital.

1.6 É de responsabilidade do candidato o cumprimento de todas as etapas para a validação da inscrição dentro do prazo estabelecido.

1.7. A Esmesc não se responsabiliza por problemas de ordem técnica que impeçam o recebimento da mensagem eletrônica contendo a ficha de inscrição e/ou os documentos de serem recebidos, sendo de inteira responsabilidade do aluno certificar-se sobre o recebimento.

2. Das Vagas

2.1 A Prova de Ingresso destina-se a oferecer **60 (sessenta) vagas**.

2.1.1. Em obediência ao disposto na Resolução GP/TJSC n. 42, de 18 de dezembro de 2020, ser-lhes-á reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas às pessoas portadoras de necessidades especiais.

2.1.2 Em obediência ao disposto na Resolução N° 336 de 29 de setembro de 2020 do Conselho Nacional de Justiça, ser-lhes-á reservado o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas aos negros.

2.1.3 Assim, das 60 (sessenta) vagas disponíveis, 36 vagas são para a ampla concorrência, 6 vaga são reservadas aos candidatos com portadores de necessidades especiais, de acordo com o disposto na Resolução GP/TJSC n. 42, de 18 de dezembro de 2020, e 18 vagas são reservadas a candidatos negros,



conforme o disposto na Resolução Nº 336, de 29 de setembro de 2020 do Conselho Nacional de Justiça.

2.1.4. As vagas destinadas às cotas quando não ocupadas, serão disponibilizadas a ampla concorrência.

2.2. O início das atividades será no mês de novembro de 2021.

2.3 As vagas serão preenchidas pelos candidatos que obtiverem a média mínima 6,0 (seis), observando-se a ordem de classificação, até o número de vagas disponíveis (ver item 2.1).

3. Do Processo Seletivo

3.1 O processo seletivo desenvolver-se-á sucessivamente de acordo com as seguintes etapas:

a) primeira etapa: prova objetiva seletiva, de caráter eliminatório e classificatório;

b) segunda etapa: prova discursiva seletiva, de caráter eliminatório e classificatório;

c) terceira etapa: avaliação de títulos, de caráter classificatório.

3.2 A participação do candidato em cada etapa ocorrerá necessariamente após habilitação na etapa anterior.

3.3 A ausência de impugnação e a efetivação da inscrição na presente Seleção implicam no conhecimento e na aceitação das normas e condições estabelecidas pelo presente Edital, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

4. Da Primeira e segunda Etapa Do Processo Seletivo

4.1. A primeira etapa da seleção consistirá de prova objetiva seletiva elaborada de acordo com os conteúdos descritos na respectiva ementa, de cunho eliminatório e classificatório, terá 60 (sessenta) questões de múltipla escolha.

4.1.2 A Prova objetiva seletiva compreenderá: 10 (dez) questões objetivas de Língua Portuguesa, valendo até 2,0 (dois pontos); 50 (cinquenta) questões objetivas, valendo até 8,0 (oito pontos), envolvendo conteúdos de: Direito Civil; Direito Processo Civil; Direito Penal; Direito Processo Penal e Direito Constitucional. De acordo com o programa previsto no Anexo A deste edital.

4.1.3 Será considerado habilitado, na prova objetiva seletiva, o candidato que obtiver o mínimo de 30% (trinta por cento) de acerto das questões em cada disciplina e média final de 60% (sessenta por cento) de acertos do total referente à soma algébrica das notas de todas as disciplinas.



4.2. A segunda etapa da seleção consistirá de prova discursiva seletiva elaborada de acordo com os conteúdos descritos na respectiva ementa, de cunho eliminatório e classificatório, terá 3 (três) questões, distribuídas da seguinte forma: 1 (uma) questão de Língua Portuguesa, valendo até 3,0 (três pontos) e 2 (duas) questões de Direito, valendo até 7,0 (sete pontos). A Ementa cobrada será a prevista no Anexo A deste Edital.

4.2.1. Será considerado habilitado, na prova discursiva seletiva, o candidato que obtiver o mínimo de 30% (trinta por cento) de acerto das questões em cada disciplina (considerando-se Língua Portuguesa e Direito como disciplinas) e média final de 60% (sessenta por cento) de acertos do total referente à soma algébrica das notas de todas as disciplinas nesta prova.

4.3 A prova será realizada na plataforma Educacional da Esmesc, da seguinte forma:

I - A prova será disponibilizada no espaço virtual no dia e horário agendados e o aluno possuirá até 3h30min (três horas e trinta minutos) horas para concluir a prova;

II – Durante a prova o candidato deverá estar também na plataforma Zoom, com microfone e vídeos ativados, para que ocorra a fiscalização, o não atendimento a esse requisito levará a exclusão do certame;

III – Após o término e envio da primeira etapa o aluno poderá fazer uma única pausa de até 05(cinco) minutos para ir ao banheiro, é necessário que ocorra a autorização do fiscal com o registro em chat da plataforma Zoom. Importante destacar que o início a segunda etapa ocorre apenas após o retorno do aluno (em frente à câmera com áudio e vídeo ativados), essa volta deve ser anunciado via chat para registro de todas as atividades.

4.4 O gabarito da Prova não poderá ser assinado, rubricado ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra, marca ou símbolo que a identifique, sob pena de anulação da prova e consequente eliminação do processo seletivo.

4.5 No caso de questões objetivas anuladas, os pontos correspondentes serão creditados a todos os candidatos.

4.6 Na prova será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova que contenha emenda e/ou rasura, ainda que legível; à questão da prova que contenha mais de uma opção de resposta assinalada; à questão da prova que não estiver assinalada no cartão de respostas.



4.7 Será considerado habilitado na segunda etapa, o candidato que obtiver média final igual ou superior a média final de 60% (sessenta por cento) de acertos do total referente à soma algébrica das notas de todas as disciplinas.

4.8 Será considerado habilitado na terceira etapa, o candidato que obtiver média final igual ou superior a média final de 60% (sessenta por cento) de acertos do total referente à soma algébrica das notas de todas as disciplinas inquiridas na Prova Oral.

4.9 Apurados os resultados das provas seletivas e identificados os candidatos que lograram classificar-se, será publicada a relação dos habilitados à quarta etapa do certame.

4.10 O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

4.11 O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará na sua eliminação do certame.

4.12 O candidato poderá ser eliminado do processo seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burlar a qualquer das normas definidas neste edital e/ou em outros atos relativos ao processo seletivo, nos comunicados, nas instruções ao candidato e/ou nas instruções constantes de cada prova, bem como o tratamento incorreto e/ou descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

4.13 Terá a sua prova anulada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo o candidato que, durante a realização da prova:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;
- b) acessar endereço diferente daquele informado na convocação oficial;
- c) não realizar a prova, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar o documento de identidade que bem o identifique;
- e) lançar mão de meios ilícitos para a execução da prova;
- f) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- g) descumprir as instruções contidas nos Cadernos de Prova;
- h) que realizar qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre eles e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito;
- i) que faça uso/consulta a livro, manual, anotação, impresso não permitido;
- j) estiver fazendo uso de qualquer tipo de relógio e qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação tais como: bip, tablet, telefone celular,



smartphone, notebook, receptor, gravador, fones de ouvido ou outros equipamentos similares, que não sejam os utilizados para ter acesso a prova;

k) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

m) ausentar-se da prova sem a devida autorização do fiscal.

4.14 A Esmesc não se responsabiliza por ausência de requisitos necessários para acessar a prova em nossas Plataformas Educacionais (Zoom e Moodle), falhas técnicas de computadores pessoais, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como de outros fatores de ordem técnica do local onde o candidato irá realizar a seleção, que impossibilitem a participação.

5. Da terceira Etapa Do Processo Seletivo– Prova de Títulos

5.1 A terceira etapa do processo seletivo, de caráter meramente classificatório, compreenderá a apresentação de títulos, assim considerados os seguintes:

a) Certificado de conclusão nos Módulos Conteúdos Jurídicos(M I) e Práticas Jurídicas(M II) do Curso de Preparação para a Magistratura ou dos Níveis I e II do Curso de Preparação para a Magistratura segundo o projeto pedagógico da Esmesc vigente até 2006/1: 2,00 (dois) pontos;

b) Certificado de conclusão nos Módulos Conteúdos Jurídicos (M I) ou Práticas Jurídicas (M II) do Curso de Preparação para a Magistratura: 1,00 (um) ponto;

c) Conclusão de curso de pós-graduação em nível de pós-doutorado ou doutorado: 1,0 (um) ponto;

d) Conclusão de curso de pós-graduação em nível de mestrado: 1,0 (um) ponto;

e) Conclusão de curso de pós-graduação em nível de especialização: 0,5 (cinco décimos) de ponto;

f) livro jurídico publicado: 0,5 (cinco décimos) de ponto por livro, limitado a 1,0 (um) ponto no máximo;

g) artigo jurídico publicado em revista jurídica: 0,1 (um décimo) de ponto por artigo, limitado a 1,0 (um) ponto no máximo;

h) artigo jurídico publicado em periódicos, exceto Internet: 0,1 (um décimo) de ponto por artigo, limitado a 0,5 (cinco décimos) de ponto no máximo.

5.2 É ônus de o candidato produzir prova documental idônea de cada título, não se admitindo a concessão de dilação de prazo para esse fim.



5.3 A comprovação dos títulos constantes nas letras "a", "b", "c", "d", e "e" do item deverá ser feita mediante a apresentação de declaração, certidão ou certificado, conforme o caso, fornecido pelo respectivo órgão ou instituição.

5.4 A comprovação dos títulos constantes nas letras "f", "g" e "h" do item 5.1 deverá ser feita mediante a entrega de exemplar do livro ou de cópia da revista jurídica ou do periódico em que o artigo tenha sido publicado.

5.5 Sob pena de preclusão, a comprovação dos títulos far-se-á no momento da inscrição, considerados para efeito de pontuação os obtidos até então.

6. Dos Recursos

6.1 . Os candidatos poderão, no prazo presente no edital, dirigir recurso ao Diretor-Geral da Esmesc contra:

- a) erros na formulação de questões ou na avaliação da prova escrita; e
- b) a classificação final do processo seletivo.

6.2 Todos os recursos interpostos com fundamento devem ser instruídos com cópia da questão e da resposta, e das razões do inconformismo.

6.3 Os recursos serão individuais e deverão ser interpostos pelo candidato interessado em formulário próprio, em documento em formato **.doc**, disponível na página da Esmesc, via e-mail: secretaria@esmesc.org.br.

7. Da Classificação

7.1 As vagas serão preenchidas observando-se a ordem de classificação dos candidatos. Atendendo essa ordem de classificação os candidatos farão opção pelo 1º ou 2º grau.

7.2 Em caso de empate na nota final da seleção, o desempate beneficiará, sucessivamente:

I - o candidato que detiver os certificados de conclusão dos Módulos Conteúdos Jurídicos (M I) e Práticas Jurídicas (M II) do Curso de Preparação para a Magistratura, conforme o projeto pedagógico em vigor a partir de 2006;

II – o candidato que detiver o certificado de conclusão dos Módulos Conteúdos Jurídicos (M I), Práticas Jurídicas (M II) do Curso de Preparação para a Magistratura;

III - o candidato que detiver título de Doutor obtido em curso de pós-graduação devidamente reconhecido, nos termos da legislação educacional vigente;

IV - o candidato que detiver título de Mestre obtido em curso de pós-graduação devidamente reconhecido, nos termos da legislação educacional vigente;

V - o candidato que detiver título de Especialista obtido em curso de pós-



graduação *lato sensu* devidamente reconhecido, nos termos da legislação educacional vigente;

VI - o candidato que apresentar a maior média aritmética das notas obtidas nos Módulos Conteúdos Jurídicos (M I), Práticas Jurídicas (M II), ou equivalente;

VII – o candidato que apresentar a maior idade na data do certame.

8. Do Curso

8.1 O Curso de Preparação para a Magistratura é desenvolvido em Módulos, conforme o disposto no Regimento Interno e Projeto Pedagógico. O presente Edital refere-se **ao Módulo Residência Judicial (M III), o Curso de Pós-Graduação de Preparação ao Ingresso na Magistratura Catarinense da Esmesc, etapa teórica integrante do Programa da Residência Judicial.**

8.2. O **Curso de Pós-Graduação de Preparação ao Ingresso na Magistratura Catarinense da Esmesc** com especialização em Gestão do Conhecimento na Magistratura, com carga horária de 360 horas, na modalidade EaD nos ambientes virtuais de aprendizagem da EaD Esmesc (Plataforma Zoom e Moodle). Paralelamente ao curso o aluno poderá ingressar no Programa da Residência Judicial. A carga-horária total do Programa da Residência será cumprida no período máximo de 24 meses. As atividades jurídico-práticas cumpridas em gabinete serão realizadas sob a supervisão de Magistrado Orientador, nos termos da Resolução GP n. 42/2020-TJSC.

9. Da Matrícula

9.1 Os candidatos classificados na Prova de Ingresso deverão efetuar a matrícula na sede da AMC/Esmesc, Florianópolis – SC.

9.2 Para efetuar a matrícula na Secretaria os candidatos deverão entregar os seguintes documentos:

- ✓ Certidões negativas das varas criminais, no âmbito das Justiças Federal e Estadual do domicílio do residente;
- ✓ Declaração sobre a não existência de vínculo profissional com advogado ou sociedade de advogados (modelo anexo);
- ✓ Deferimento do pedido de licenciamento da OAB (para os vinculados a OAB);
- ✓ Fotocópia (autenticada em cartório extrajudicial) do RG, CPF e Certificado de conclusão da graduação em Direito;
- ✓ Ficha cadastral, contendo o número da conta corrente ou da conta salário aberta no Banco do Brasil, em nome do residente judicial (modelo anexo);
- ✓ 02 (duas) fotos 3x4 colorida e recente;



- ✓ Termo de Compromisso de Residência Judicial devidamente assinado pelo(a) orientador(a) e pelo(a) residente, entrega deste documento somente após a escolha do magistrado Orientador na reunião;
- ✓ Cópia da Certidão de Casamento ou da Declaração de União Estável (emitida em cartório), conforme o caso;
- ✓ Comprovante da situação cadastral do CPF <https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>;
- ✓ Cópia do comprovante de endereço atualizado no nome do candidato;
- ✓ Comprovante de dados bancários do Banco do Brasil (cópia da declaração de abertura de conta ou do cartão do banco);
- ✓ Contrato de prestação de serviços da Esmesc - preenchido em duas vias.

10. Do Ingresso a atividade prático-jurídica do Programa da Residência Judicial

10.1 Os alunos devidamente aprovados na seleção e matriculados no **Curso de Pós-Graduação de Preparação ao Ingresso na Magistratura Catarinense da Esmesc**, podem participar do Programa da Residência Judicial. A estes alunos, podem ser concedidas bolsas de estudos, nos moldes do convênio firmado entre a AMC/Esmesc e o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina/Academia Judicial. As informações referentes ao ingresso a atividade jurídico-prática e à concessão de bolsa no Programa da Residência Judicial, serão oportunamente divulgadas pela Academia Judicial.

11. Do Cronograma

Data	Etapa
22/09/2021 a 06/10/2021	Inscrições
06/10/2021	Data limite para a indicação de condição especial para a realização da prova objetiva seletiva
09/10/2021	Primeira e Segunda etapa - Prova objetiva e prova discursiva – 08h às 11h30
09/10/2021 às 13 horas	Divulgação do gabarito provisório



11/10/2021	Resultado preliminar da Primeira Etapa
11/10/2021 às 15 horas do dia 13/10/2021	Período para a interposição dos recursos à Prova objetiva seletiva
14/10/2021	Resultado final da Primeira Etapa
18/10/2021	Resultado da Segunda Etapa
18/10/2021 até às 15 horas do dia 20/10/2021	Período para a interposição dos recursos à Prova seletiva discursiva
21/10/2021	Resultado Final da Segunda Etapa
22/10/2021	Prova de títulos – Quarta Etapa
22/10/2021	Resultado Final da seleção
Ouubro de 2021	Reunião

12. Dos links de acesso a prova – Plataformas da Esmesc (Zoom e Moodle)

12.1. Os links de acesso a prova serão divulgados posteriormente.

13. Disposições Gerais

13.1 A posse e o exercício da função de Residente Judicial dar-se-ão de acordo com as normas previstas na **Resolução GP n. 42/2020-TJSC** e Convênio 093/2009 do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

13.2. Toda e qualquer informação ou comunicação de caráter geral será realizada via Internet, no endereço eletrônico oficial da Esmesc, www.esmesc.org.br e, se possível e oportuno, via e-mail indicado pelo candidato no ato da inscrição.

13.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo.

13.4. A existência de quaisquer débitos junto a Esmesc e/ou Furb não permite a realização da matrícula no curso.

Florianópolis, 22 de setembro de 2021.

Juiz Maximiliano Losso Bunn

Diretor-Geral da Esmesc



ANEXO A

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I - DIREITO CIVIL

1 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; Aplicação da Lei no Tempo e no Espaço. Interpretação e Integração da Lei. Analogia. Princípios Gerais do Direito e Equidade. Usos e Costumes. 2 - Das pessoas. Das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas. Do domicílio. 3 - Ausência. Direitos da Personalidade. 4 - Dos bens. Dos bens considerados em si mesmos. Dos bens reciprocamente considerados. Dos bens públicos. Do bem de família. 5 - Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos. Dos atos ilícitos. Da prescrição e da decadência. Da prova. 6 - Do direito das obrigações. Das modalidades das obrigações. Da transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações. 7 - Dos contratos em geral. Das várias espécies de contrato. Dos atos unilaterais. 8 - Da responsabilidade civil em geral. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Abuso do direito. 9 - Das preferências e privilégios creditórios. 10 - Do direito das coisas. 11 - Da posse: aquisição, efeitos, perda. Os interditos possessórios. Usucapião. 12 - Dos direitos reais. Da propriedade. Do condomínio. Da superfície. Das servidões. Do usufruto. Do uso. Da habitação. Do direito do promitente comprador. Do penhor, da hipoteca e da anticrese. 13 - Do direito de família. Casamento. Do direito pessoal. Do direito patrimonial. Da união estável. Da tutela e da curatela. 14 - Do direito das sucessões. Da sucessão em geral. Da sucessão legítima. Da sucessão testamentária. Do inventário e da partilha. 15 - Das disposições finais e transitórias do Código Civil Brasileiro, artigos 2.028 a 2.046. 16 - Legislação Especial: Registros públicos (Lei n. 6.015/1973). Da alienação fiduciária (Decreto-Lei n. 911/1969). Lei n. 9.514/1997. Do condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias (Lei n. 4.591/1964), Lei n. 10.931/2004. Do Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003). Da locação de imóveis urbanos (Lei n. 8.245/1991).

II- DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 - Teoria Geral do Direito Processual Civil. Normas processuais civis. Fontes do Direito Processual Civil. Aplicação e interpretação da lei processual civil. Da norma processual no tempo e no espaço. Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Santa Catarina. 2 - Da jurisdição. Conceito. Características. Princípios. Extensão. Poderes. Órgãos. Jurisdição contenciosa.



Jurisdição voluntária. Da ação. Natureza jurídica. Princípios. Elementos identificadores da ação. Condições da Ação. Classificação das Ações. 3 - Competência. Conceito. Competência interna. Critérios para definir a competência. Competência absoluta. Competência relativa. Das causas de modificações da competência: conexão, continência, prevenção. Casos de prorrogação legal da competência. Conflito de competência. Conflito de atribuições. *Perpetuatio jurisdictionis*. 4 - Processo. Conceito. Classificação. Natureza Jurídica. Princípios informativos do processo civil. Princípios constitucionais do processo civil. As garantias constitucionais do processo civil. A relação processual. Características da relação processual. Sujeitos da relação jurídica: Sujeitos principais. Sujeitos secundários. Sujeitos Especiais. Pressupostos Processuais. 5 - Das partes e dos procuradores. Da capacidade processual. Legitimação ordinária. Legitimação extraordinária. A substituição processual. Dos deveres das partes e dos procuradores. Do litisconsórcio. Da assistência. Da intervenção de terceiros. Da oposição. Da nomeação à autoria. Da denunciação da lide. Chamamento ao Processo. 6 - Do procedimento. Procedimento comum ordinário. Procedimento sumário. 7 - Dos atos processuais. Definição. Características dos atos processuais. Princípios dos atos processuais. Classificação dos atos processuais. Atos do Juiz. Atos das partes. Atos dos auxiliares das partes. Atos processuais simples e complexos. Documentação dos atos processuais. Local da prática dos atos processuais. Da forma dos atos processuais. Tempo para a prática dos atos processuais. Das 12 comunicações dos atos processuais. Das cartas. Das citações. Das intimações. Das nulidades. De outros atos processuais. Da distribuição e do registro. Do valor da causa. Dos prazos. Conceito. Classificação. Princípios. Contagem. Prazos especiais. Preclusão. Espécies de Preclusão. O juiz: poderes, deveres e responsabilidades. O Ministério Público e os Auxiliares da justiça. 8 - Formação, suspensão e extinção do processo. Do Procedimento ordinário. Petição inicial: conceito, requisitos. Do pedido: espécies, modificação, cumulação. Causa de pedir. Dos documentos necessários à propositura da ação. Despacho inicial: objeto, natureza. Do julgamento liminar de improcedência das ações repetitivas. Do recurso cabível e seu procedimento. Da decretação de ofício da prescrição. Emenda da inicial. Do indeferimento liminar da petição inicial. Do recurso cabível e seu procedimento. Da antecipação dos efeitos da tutela de mérito. Requisitos. Da fungibilidade entre a tutela antecipada e as medidas cautelares. 9 - Da citação. Dos efeitos da citação. Da resposta do réu: contestação, exceções (incompetência, impedimento e suspeição),



reconvenção. Da revelia. Dos efeitos da revelia. A revelia e os direitos indisponíveis. Da declaração incidente. Dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. Das alegações do réu. 10 - Do julgamento conforme o estado do processo. Da extinção do processo sem resolução do mérito. Do julgamento antecipado da lide. Da resolução do mérito. Da audiência preliminar. Das provas: conceito, modalidades, princípios gerais, objeto, ônus, procedimentos. Da audiência de instrução e julgamento. Da sentença. Requisitos e efeitos da sentença. Classificação da sentença. Publicação. Intimação das partes e dos procuradores. Sentença em audiência e início do prazo recursal. Condenação do devedor na emissão de declaração de vontade. Coisa julgada. Conceito. Limites objetivos e subjetivos. Coisa julgada formal e coisa julgada material. Princípio do deduzido e do dedutível. Reexame da sentença. Liquidação da sentença. 11 - Cumprimento da sentença. Procedimento. Títulos executivos judiciais. Impugnação. Execução provisória. Competência para o cumprimento da sentença. Cumprimento da sentença condenatória na indenização por ato ilícito. Ação Rescisória. 12 - Recursos. Conceito, fundamentos, princípios, classificação, pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, efeitos, juízo de mérito. Súmula impeditiva do recurso. Apelação. Agravo. Lei n. 11.187/2005. Embargos infringentes. Embargos de divergência. Embargos de declaração. Recurso de terceiro prejudicado. Recurso pelo Ministério Público. Recurso adesivo. Recurso extraordinário. Requisitos. Repercussão Geral. Recurso Especial. Requisitos. Prova da divergência. Agravo de Instrumento ao STF ou ao STJ. Recurso Ordinário. Da ordem dos processos no Tribunal. Poderes do relator no julgamento dos recursos. Hipóteses para a concessão do efeito suspensivo, pelo relator. 13 - Processo de execução. Princípios. Das partes. Da competência. Dos requisitos necessários para realizar qualquer execução. Do inadimplemento do devedor. Espécies de execução. Execução para entrega de coisa certa e incerta. Execução das obrigações de fazer e não fazer. Da execução Fiscal. Da execução por quantia certa contra devedor solvente. Da penhora, avaliação e expropriação. Da citação do devedor e da indicação de bens. Da penhora e do depósito. Da avaliação. Da adjudicação. Da alienação por iniciativa particular. Da alienação em hasta pública. Do Pagamento ao credor. Da Execução contra a Fazenda Pública. Da execução da Prestação Alimentícia. Dos embargos do à execução. Prazos para embargos. Natureza jurídica. Legitimidade e procedimento. Dos embargos à execução contra a Fazenda Pública. Dos embargos na execução por carta. Da execução por quantia certa contra



devedor insolvente. Da suspensão e extinção do processo. Do Processo Cautelar. Das disposições gerais. Dos procedimentos cautelares específicos. 14 - Dos procedimentos especiais. Dos Procedimentos Especiais de Jurisdição contenciosa. Dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária. 15 - Juizados Especiais Cíveis (Lei n. 9.099/1995, Lei n. 10.259/2001). Juizado Especial da Fazenda Pública (Lei n. 12.153/2009). 16 - Ações de Despejo, Consignação de Aluguel e Acessórios da Locação, Revisional de Aluguel, Renovatória, (reguladas pela Lei n. 8.245/1991). Ação de Busca e Apreensão por alienação fiduciária (Decreto-Lei n. 911/1969). Súmulas dos Tribunais Superiores – STJ e STF -, vinculantes e não vinculantes. 17 – Mandado de segurança. Arbitragem, mediação e conciliação. 18 – Ação popular e ação civil pública.

III - DIREITO PENAL

1 - Princípios constitucionais penais 2 - Aplicação da lei penal 3 - Crime. Conceito. Elementos 4 - Tipicidade. Elementos. Causas de exclusão. 5 - Relação de causalidade 6 - Consumação, tentativa, crime impossível, desistência voluntária e arrependimento eficaz 7 - Arrependimento posterior 8 - Dolo e culpa 9 - Culpabilidade. Pressupostos. Causas de exclusão 10 - Erro sobre elementos do tipo, erro determinado por terceiro, erro sobre a pessoa e erro sobre a ilicitude do fato 11 - Coação irresistível e obediência hierárquica 12 - Ilicitude. Causas de exclusão 13 - Imputabilidade penal 14 - Processo seletivo de pessoas 15 - Penas privativas de liberdade 16 - Penas restritivas de direitos 17 - Pena de multa 18 - Cominação das penas 19 - Aplicação das penas 20 - Processo seletivo de crimes 21 - Conflito aparente de normas 22 - Erro na execução 23 - Limite das penas 24 - Suspensão condicional da pena 25 - Livramento condicional 26 - Efeitos da condenação 27 - Reabilitação 28 - Medidas de segurança 29 - Ação Penal 30 - Extinção da punibilidade 31 - Crimes contra a pessoa 32 - Crimes contra o patrimônio 33 - Crimes contra a propriedade intelectual 34 - Crimes contra a dignidade sexual 35 - Crimes contra incolumidade pública 36 - Crimes contra a Paz Pública 37 - Crimes contra a fé pública 38 - Crimes contra a administração pública 39 - Contravenções penais 40 - Execução Penal 41 - Abuso de autoridade (Lei n. 4.898/1965) 42 - Preconceito Racial (Lei n. 7.716/1989) 43 - Crimes praticados contra a criança e o adolescente (Lei n. 8.069/1990) 44- Crimes Hediondos (Lei n. 8.072/1990) 45- Crimes do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990) 46- Crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo (Lei n.



8.137/1990) 47- Crimes de licitações e contratos da administração pública (Lei n. 8.666/1993) 48 - Organização Criminosa - (Lei n. 12.850/2013) 49 - Crimes de menor potencial ofensivo. Juizado especial criminal (Lei n. 9.099/1995) 50 - Crimes de tortura (Lei n. 9.455/1997) 51 - Crimes de trânsito (Lei n. 9.503/1997) 52 - Crimes ambientais (Lei n. 9.605/1998) 53 - Crimes lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei n. 9.613/1998) 54 - Crimes previstos no estatuto do desarmamento (Lei n. 10.826/2003) 55 - Violência doméstica (Lei n. 11.340/2006) 56 - A lei antidrogas (Lei n. 11.343/2006) 57 - Crime contra a economia popular (Lei n. 1.521/1951). 58 - Crimes praticados por prefeitos e vereadores (Decreto-lei n. 201/1967). 59 - Estatuto do Idoso. 60 - Crimes Falimentares.

IV - DIREITO PROCESSUAL PENAL

1 - Princípios constitucionais do processo penal. 2 - Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 3 - Inquérito policial. 4 - Ação penal: conceito, condições, pressupostos processuais. Ação penal de iniciativa pública. Titularidade, condições de procedibilidade. Denúncia: forma e conteúdo; recebimento e rejeição. Ação penal de iniciativa privada: Titularidade. Queixa. Renúncia. Perdão. Decadência. Perempção. Extinção da punibilidade. 5 - Ação civil ex delicto. 6 - Jurisdição e competência. Critérios de determinação e modificação de competência. Incompetência. Conexão e continência. 7 - Das questões e processos incidentes. 8 - Da prova: conceito, princípios básicos, objeto, meios, espécies, ônus, procedimento probatório, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação. 9 - Sujeitos processuais: do juiz, do Ministério Público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da Justiça. Víctima no processo penal. 10 - Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória. Disposições gerais. Da prisão em flagrante. Da prisão preventiva. Da prisão domiciliar. Das outras medidas cautelares. Da liberdade provisória, com ou sem fiança. Da prisão temporária. 11 - Das medidas assecuratórias. 12 - Das citações e intimações. Forma, lugar e tempo dos atos processuais. 13 - Processo e procedimento. Pressupostos processuais. Formas procedimentais. Procedimento comum. Instrução criminal. Procedimento ordinário. Procedimento sumário. Procedimento sumaríssimo. Juizados Especiais Criminais. Procedimento relativo ao Tribunal do Júri. Desaforamento. Procedimentos especiais, inclusive de leis especiais. 14 - Atos das partes, dos juízes, dos auxiliares da Justiça e de terceiros. 15 - Dos prazos: características, princípios e contagem. 16 - Da sentença. Conceito, requisitos,



classificação, publicação e intimação. Sentença absolutória: providências e efeitos. Sentença condenatória: fundamentação da pena e efeitos. Efeitos civis da sentença penal. 17 - Da coisa julgada penal. Inimputabilidade e processo penal. 18 - Das nulidades. 19 - Dos recursos em geral: princípios, modalidades, recursos em espécie e fungibilidade. 20 - Recursos especial e extraordinário. 21 - Das ações de impugnação. Da revisão criminal. Do habeas corpus. Do mandado de segurança. Das exceções. 22 – Lei n. 7.210/1984. Da execução das penas em espécie. Dos incidentes da execução penal. 23 – Aspectos processuais penais constantes da Lei n. 8.072/1990, Lei n. 9.099/1995, Lei n. 10.259/2001, Lei n. 9.296/1996, Lei n. 9.613/1998, Lei n. 10.826/2003, Lei n. 11.340/2006, Lei n. 11.343/2006, Lei n. 12.850/2013, com as alterações legislativas que seguiram em relação a elas. 24 – Lei n. 4.898/1965 (Abuso de autoridade). 25 - Código de Trânsito Brasileiro. 26 - Identificação criminal (Lei n. 12.037/2009). 27- Súmulas dos Tribunais Superiores – STJ e STF -, vinculantes e não vinculantes.

V – LÍNGUA PORTUGUESA

Características da redação jurídica. Interpretação de texto. Noções gramaticais básicas: Acentuação gráfica, nova ortografia da língua portuguesa, colocação pronominal, os porquês, pronomes demonstrativos, pronomes relativos, regência, crase, pontuação.

VI - DIREITO DO CONSUMIDOR

1 - Do Código de Defesa do Consumidor. Dos direitos do consumidor. Das disposições gerais. Dos direitos básicos do consumidor. 2 - Da qualidade de produtos e serviços. Da preservação e da reparação de danos (da proteção à saúde e segurança). 3 - Da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Da responsabilidade por vício do produto e do serviço. 4 - Da decadência e da prescrição. 5 - Da desconsideração da personalidade jurídica. 6 - Das práticas comerciais (das disposições gerais). Da oferta. Da publicidade. Das práticas abusivas. Da cobrança de dívidas. Dos bancos de dados e cadastros de consumidores. 7 - Da proteção contratual: disposições gerais. Das cláusulas abusivas. Dos contratos de adesão. 8 - Da defesa do consumidor em juízo. Das disposições do Código de Defesa do Consumidor relacionadas à defesa do consumidor em juízo. 9 - Das ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. 10 - Das ações de responsabilidade do fornecedor de



produtos e serviços. 11 - Da tutela específica nas obrigações de fazer ou não fazer. 12 - Da sentença. Da coisa julgada. Da liquidação da sentença coletiva. 13 - Do cumprimento da sentença. Noção de verossimilhança e hipossuficiência para facilitação da defesa em juízo dos direitos do consumidor, inclusive com a inversão do ônus da prova. 14 - Sanções administrativas e penais: Da competência concorrente. multa, apreensão, inutilização, cassação de registro, proibição de fabricação, suspensão temporária de atividade, revogação ou cassação de concessão ou permissão, da interdição. Da Contrapropaganda. 15- O sistema nacional de defesa do consumidor: A política nacional de relações de consumo – SNDC e PROCON. 16 – Relação de consumo no serviço público.

VII - DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1 - Aspectos Gerais do Direito da Criança e do Adolescente. A proteção da infância no Brasil. O Direito Penal do menor. Situação irregular. 2 - O Direito de ser Criança e Adolescente. Retrospectiva Histórica. A proteção integral. O Princípio do Melhor Interesse da Criança. 3 - A Trilogia da Proteção Integral. Aspectos Legais e Constitucionais. Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança - ONU 1989. 4 - Responsabilidade Civil. Danos Causados por Crianças e Adolescentes. 5 - Direito à Vida e a Proteção ao Nascituro. Aspectos constitucionais e legais.

6 - Direito Fundamental à Convivência Familiar e Comunitária. Parentesco. Poder Familiar. Aspectos gerais, constitucionais e legais. 7 - Colocação em Família Substituta: Guarda, Tutela e Adoção. Abrigo e alternativas de acolhimento familiar.

8 - Direito Fundamental à Educação e Cultura. Fundamentos constitucionais e legais. Os direitos infanto-juvenis na LDB (Lei nº 9.394/96 e suas atualizações).

9 - O Direito à Profissionalização e a Proteção do Trabalho Urbano e Rural do Adolescente 10 - Direito Fundamental à Saúde da Criança e do Adolescente.

Portaria MS/GM n. 1.082/ 2014. 11 - A Justiça da Infância e Juventude.

Aspectos Processuais e Procedimentos Especiais. O Ministério Público e a Defesa na Lei n. 8.069/1990. Suspensão e perda do poder familiar. Colocação em família substituta. Apuração de irregularidades nas entidades de atendimento. 12 - A prevenção geral e especial no Estatuto. Formas de controle.

A ação civil pública 13 - Crimes e Infrações Administrativas contra a Criança e o Adolescente: Código Penal, Estatuto e Legislação Especial. Aspectos constitucionais e legais 14 - Ato Infracional. Garantias Processuais. Aplicação de

Medidas de Proteção e Medidas Socioeducativas. 15 - Conselho Tutelar. Fundo



da Infância e Adolescência. 16 – Lei n. 12.594/2012. 17- Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo. 18- Provimento Corregedoria CNJ n. 32/2013. 19 - Resolução CNJ n. 165/2012. 20 - Resolução CONANDA n. 169/2014.

VIII - DIREITO CONSTITUCIONAL

1 - Constituição: fontes; conceito; objeto; classificações estrutura Supremacia da Constituição. Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. Vigência e eficácia das normas constitucionais. 2 - Poder constituinte. 3 - Controle de constitucionalidade. Sistemas. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Efeitos da decisão no controle abstrato. A fiscalização abstrata no plano estadual. A Fiscalização incidental. Controle de constitucionalidade das leis municipais. A ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual e o problema da norma repetida. Súmula vinculante. Repercussão Geral. 4 - Estado Federal. 5 - Princípios fundamentais. 6 - Direitos e garantias fundamentais. Dos direitos e deveres individuais e coletivos. Tratados e convenções sobre direitos humanos. A razoável duração do processo. Direitos sociais. Direitos políticos. Partidos políticos. Direitos de nacionalidade. Tutela constitucional dos direitos e das liberdades. Mandado de segurança, individual e coletivo. Mandado de Injunção. Habeas corpus. Habeas data. Ação popular. Tratados internacionais sobre direitos humanos. 7 - Organização do Estado Brasileiro: União; Estados federados; Municípios; Distrito Federal e Territórios. Organização político administrativa. Repartição de competências. Bens públicos. 8 - Intervenção nos Estados e nos Municípios. 9 - Administração pública. Disposições gerais. Servidores públicos. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais e do Estado de Santa Catarina. 10 - Organização dos Poderes na Constituição Federal. Poder Executivo. Competências, estrutura e responsabilidade. Ministros de Estado. Poder Legislativo. Imunidade parlamentar. Processo legislativo. Poder Judiciário. Supremo Tribunal Federal. Competência. Recurso Extraordinário. Repercussão Geral. Súmula vinculante. Superior Tribunal de Justiça. Competência. Recurso Especial. Conselho Nacional de Justiça. Dos Tribunais e Juízes dos Eleitorais. Dos Tribunais e Juízes dos Estados. Direitos e Deveres da Magistratura. Garantias da magistratura. LOMAN (LC nº 35/79). Funções essenciais à Justiça. Do Ministério Público. Da Advocacia Pública. Da Advocacia e da Defensoria Pública. 11 - Poder Executivo do Estado de Santa



Catarina. Atribuições e responsabilidades do Governador e do Prefeito. 12 - Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina. Imunidade dos deputados estaduais e dos vereadores. Processo legislativo estadual. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Tribunal de Contas do Estado. 13 - Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. Organização Judiciária. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. 14 - Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da atividade econômica. Da Política Urbana. Tributação e orçamento. Do Sistema Tributário Nacional. Das Finanças Públicas. 15 - Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Emenda Constitucional no 45/04 – Reforma do Judiciário. Emendas Constitucionais. 16 - Da Ordem Social. Seguridade Social. Da educação, da cultura e do desporto. Da ciência e tecnologia. Da comunicação social. Dos índios. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso.

IX- DIREITO ELEITORAL

1 - Dos órgãos da Justiça Eleitoral. Do Tribunal Superior Eleitoral. Dos Tribunais Regionais Eleitorais. Dos Juízes Eleitorais. Das Juntas Eleitorais. Composição e atribuições. Do Ministério Público Eleitoral. 2 - Do Alistamento Eleitoral: ato e efeitos da inscrição, transferência e encerramento. Cancelamento e exclusão do eleitor. Do domicílio eleitoral. 3 - Do Sistema Eleitoral: Sistema Majoritário e Sistema Proporcional. 4 - Do registro de candidatos. Elegibilidade e inelegibilidade. Impugnação de registro de candidatos. 5 - Da votação: atos preparatórios, início e encerramento. Dos lugares de votação, das seções eleitorais e das mesas receptoras. Da polícia e da fiscalização perante as mesas receptoras. Da apuração. 6 - Das impugnações perante as juntas eleitorais. Da proclamação e da diplomação dos eleitos. 7 - Dos recursos eleitorais. Pressupostos de admissibilidade. Efeitos e prazos. Recursos perante as Juntas e Juízes Eleitorais e Tribunais Regionais. Recurso contra diplomação. 8 - Dos partidos políticos: registro e funcionamento partidário. Da filiação partidária. Das finanças e contabilidade dos partidos. Prestação de contas. 9 - Da propaganda eleitoral. Do acesso gratuito ao rádio e à televisão. Propaganda partidária fiscalização. Pesquisas e testes pré-eleitorais. Direito de resposta. 10 - Da ação de impugnação de mandato eletivo. Da investigação judicial eleitoral. Do Mandado de Segurança. 11 - Dos crimes eleitorais. Conceito, natureza e classificação. Tipos previstos na legislação eleitoral. 12 - Do Processo Penal Eleitoral. Investigação criminal eleitoral. Ação Penal. Competência em matéria criminal eleitoral. Rito processual penal eleitoral. Invalidação e nulidade de atos



eleitorais. 13 - Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições). Lei nº 9.096/1995 (partidos políticos), Lei Complementar nº 64/1990. Código Eleitoral. 14- Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas Eleitorais.

X - DIREITO EMPRESARIAL

1 - Do Direito de Empresa. Do Empresário. Da caracterização e da inscrição. Da capacidade. Da empresa individual de responsabilidade limitada (Lei nº 12.441/2011). 2 - Da Sociedade. Disposições gerais. Da sociedade não personificada. Da sociedade em comum. Da sociedade em conta de participação. Da sociedade personificada. Da sociedade simples. Da sociedade em nome coletivo. Da sociedade em comandita simples. Da sociedade limitada. Da sociedade anônima. Da sociedade em comandita por ações. Da sociedade cooperativa. Das sociedades coligadas. 3 - Da liquidação da sociedade. Da transformação, da incorporação, da fusão e da cisão das sociedades. Da sociedade dependente de autorização. Da Desconsideração da personalidade jurídica. 4 - Do Estabelecimento. Disposições gerais. 5 - Dos Institutos Complementares: Do registro. Do nome empresarial. Dos prepostos. Da escrituração. 6 - Do Registro Público de Empresas (Lei n. 8.934/1994). 7 - Da Recuperação Judicial, Extrajudicial e a Falência do Empresário e da Sociedade Empresária (Lei n. 11.101/2005). 8 - Da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar n. 123/2006) 9 - Da Letra de Câmbio e da Nota Promissória (Decreto n. 2.044/1908, Decreto n. 57.663/1966). 10 - Do Cheque (Lei n. 7.357/1985). Da Duplicata (Lei n. 5.474/1968). 11 - Do Protesto de Títulos (Lei n. 9.492/1997). 12 - Dos Títulos de Crédito Comercial (Lei n. 6.840/1980). 13 - Dos Títulos de Crédito Rural (Decreto Lei n. 167/1967 e Lei n. 11.076/2004). 14 - Das Sociedades por Ações (Lei n. 6.404/1976). 15 - Da Intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras (Lei n. 6.024/1974). 16 - Da Propriedade industrial (Lei n. 9.279/1996) 17 - Direito autoral (Lei n. 9.610/1998); 18 - Títulos de crédito.

XI - DIREITO TRIBUTÁRIO

1 - O Estado e o poder de tributar. Fundamentos da imposição tributária, suas limitações no nosso ordenamento. Imunidade, isenção, alíquota zero, diferimento, incidência e não incidência. 2 - Sistema Tributário Nacional. Princípios constitucionais tributários. Competência legislativa e Competência Tributária. Limitações da competência tributária. Discriminação, repartição,



destinação e vinculação constitucional da receita tributária. Fundos de participação. 3 - Fontes do direito tributário. Hierarquia das normas. Vigência e aplicação da legislação tributária no tempo e no espaço. Legislação tributária. Conceitos. Lei ordinária e lei complementar, Lei Delegada, Decretos Legislativos, Resoluções do Senado, Atos Normativos de Autoridade Administrativa, Decretos e Despachos Normativos do Executivo, Resoluções Administrativas, Portarias, Decisões Administrativas e Consultas. Matérias reservadas à previsão por Lei Complementar. Medida provisória. Tratados e convenções internacionais. Convênios do CONFAZ. 4 - Regras de vigência, aplicação, e integração. Interpretação e integração da legislação tributária. 5 - Obrigação tributária. Obrigação principal e acessória. Fato Gerador: ocorrência, aspectos materiais, temporal e espacial. Elementos valorativos: base de cálculo e alíquota. Efeitos, consequências, validade e invalidade dos atos jurídicos. Sujeito ativo e passivo da obrigação tributária: contribuinte e responsável. Solidariedade. A imposição tributária e as convenções particulares. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Fato gerador. Hipótese de Incidência: noção, aspectos. 6 - Decadência e Prescrição em matéria tributária. Prescrição intercorrente judicial e administrativa. 7 - Responsabilidade tributária: sucessores, terceiros, responsabilidade por infrações, responsabilidade pessoal. Responsabilidade supletiva. Substituição tributária. Pagamento indevido: Compensação e Repetição de Indébito. 8 - Crédito tributário: constituição, lançamento, natureza jurídica. Caráter vinculado da atividade de lançamento, efeitos e modalidades. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. 9 - Tributos. Conceito. Natureza jurídica. Classificação: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais. Contribuições: espécies e natureza jurídica. Pedágio. Tributação dos ganhos de capital: tendências do sistema e seus fundamentos. Tributação sobre o valor agregado: tendências do sistema e seus fundamentos. 10 - Administração tributária: fiscalização, sigilo, auxílio da força pública, excesso de exação. Dívida ativa: inscrição, presunção de certeza e de liquidez e consectários. Certidões. Fiscalização. Arrecadação. 11 - Processo administrativo fiscal: consulta, contencioso administrativo. Processo judicial Tributário. Ações de iniciativa do fisco: execução fiscal, cautelar fiscal. Ações de iniciativa do contribuinte: anulatória do débito fiscal, declaratória, de consignação em pagamento, de repetição de indébito, mandado de segurança. 12 - Tributação internacional. Acordos para evitar a dupla tributação. Aspectos tributários da OMC, MERCOSUL, ALADI e ALCA. Incentivos fiscais. Legislação.



Análise crítica do sistema e de seus reflexos no desenvolvimento do País. Evasão e elisão tributárias. 13-Direito financeiro: sede constitucional, seu objeto e suas fontes. Normas gerais de direito financeiro e de direito tributário: autonomia científica e normativa. Atividade financeira do Estado: fundamentos financeiros, econômicos e jurídicos. Finalidades. Aspectos tributários das leis: de responsabilidade tributária, de diretrizes orçamentárias, de orçamento anual, Lei nº 4.320, de 1964, e suas alterações. 14 - Ilícito tributário. Ilícito e sanção. Ilícito administrativo tributário. Ilícito penal tributário: crimes contra a ordem tributária, apropriação indébita. Sanção administrativa e sanção penal. Responsabilidade penal. Sanções pessoais e patrimoniais. 15 - Sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas e das empresas de pequeno porte (Lei Complementar nº 123/2006). 16 - Impostos federais, estaduais e municipais.

XII - DIREITO ADMINISTRATIVO

1 - Origens, objeto e conceito do Direito Administrativo. 2 - Função administrativa. Regime jurídico administrativo. 3 - Poderes da Administração. 4 - Princípios da Administração Pública. 5 - Organização administrativa. 6 - Entidades de colaboração. 7 - Improbidade administrativa. 8 - Ato administrativo. 9 - Processo administrativo. 10 - Licitações e contratos administrativos. Acordos celebrados pela Administração 11 - Serviços públicos. 12 - Intervenção do Estado no domínio econômico. Regulação. 14 - Intervenção do Estado sobre a propriedade privada. 15 - Bens públicos. 16 - Agentes públicos 17 - Responsabilidade extracontratual do Estado. 18 - Controle administrativo, legislativo e judicial da Administração. Acesso à informação pública pelo cidadão. Combate à corrupção na Administração Pública. 19 - Mandado de Segurança individual. Mandado de Segurança Coletivo. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Injunção. *Habeas Data*. 20 - Prescrição e decadência nas relações jurídicas envolvendo a Administração. 21 - A reforma do Estado: disciplina e efeitos. Formas de parceria com a iniciativa privada. Parceria público-privada. Terceirização. Fomento. Consórcios Públicos. 22 - Infrações e sanções administrativas. 23 - Fazenda Pública em juízo.

XIII - DIREITO AMBIENTAL

1 - Meio Ambiente. Teoria Geral do Direito ambiental. Conceito. Natureza. Fontes e Princípios. 2 - Política ambiental constitucional. Deveres ambientais. Deveres ecológicos e regulamentação da atividade econômica na Constituição



Federal. 3 - Direito Ambiental Constitucional. O artigo 225 da Constituição Federal. Competência legislativa em matéria ambiental. Competências legislativas exclusivas e concorrentes. 4 - Bens Ambientais. Águas, cavidades naturais subterrâneas. Energia. Espaços territoriais protegidos e seus componentes: Fauna, Flora, Florestas, Ilhas, Paisagem, Mar Territorial, Praias fluviais, Praias marítimas. Recursos naturais da plataforma continental. Recursos da zona econômica exclusiva. Sítios arqueológicos e pré-históricos. Terrenos de marinha e seus acrescidos. Terrenos marginais. 5 - Política Nacional do Meio Ambiente. Princípios da PNMA. Objeto. Finalidade. Instrumentos da PNMA. 6 - SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente. Objeto. Órgãos integrantes. Órgão Superior. Conselho de Governo. 7 - Órgão Consultivo e Deliberativo (CONAMA). Órgão Central – Ministério do Meio Ambiente. Recursos Hídricos e Amazônia legal. Órgão executor – IBAMA. Órgãos Setoriais. Órgãos Seccionais e órgãos locais. Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Licenciamento Ambiental. Sistema de Licenciamento. 8 - Tipos de Licenciamento (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação). Outorgas das Licenças. Licença Ambiental para fins específicos. Função e Natureza Jurídica do Estudo de Impacto Ambiental. 9 - Conceito jurídico de impacto ambiental. Exigência Constitucional dos Estudos de Impacto Ambiental. O EIA na legislação nacional. Competência Legislativa sobre o EIA. Competência para exigir o EIA. Estados e Municípios. Competência do CONAMA para estabelecer as diretrizes sobre o EIA. Normas Gerais. Conteúdo do EIA. RIMA. Audiência Pública. As licitações e o EIA. 10 - Conceito de Zoneamento Ambiental. Finalidade. Natureza jurídica. Zoneamento Ambiental Urbano. Zonas de Uso Industrial – ZUI. Zonas de Uso Estritamente Industrial – ZUEI. Zona de Uso Predominantemente Industrial – ZUPI. Zona de Uso Diversificado – ZUD. Zoneamento Ambiental Agrícola e Zoneamento Ambiental Costeiro. 11 - O Dano Ambiental. Apuração do Dano Ambiental. Reparação do Dano Ambiental. Responsabilidade Administrativa, Civil e Penal por danos ao Meio Ambiente. Infrações Administrativas Ambientais. Sanções para as infrações administrativas ambientais. O Poder de Polícia e Direito Ambiental. 12 - Meios processuais para a defesa ambiental. Ação Popular. Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/1985). Competência para o processamento e julgamento das ações civis públicas por danos ao meio ambiente. Legitimidade ativa. Mandado de Segurança Coletivo. Desapropriação. Tombamento. A tutela inibitória em matéria de proteção ao meio ambiente. A tutela de urgência no direito ambiental. O acesso coletivo à



tutela jurisdicional em matéria ambiental. 13 - Crimes contra o meio ambiente (Lei n. 9.605/1998). Responsabilidade penal ambiental. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Ação e processo penal. Competência para julgar os crimes contra o meio ambiente. Crimes contra a fauna. Crimes contra a flora. Crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural. Crimes de poluição. 14 - O Direito Ambiental Internacional. Conceito. Fontes do Direito ambiental internacional. Princípios gerais do direito ambiental internacional. MERCOSUL e Direito Ambiental Internacional. Procedimentos administrativos de prevenção de dano ambiental nacional transfronteiriço. As Organizações Não-Governamentais. ONGs. 15 - Conceito de Poluição. Poluição das águas. Poluição Atmosférica. Poluição por resíduos sólidos. Poluição por rejeitos perigosos. Poluição por agrotóxicos. Poluição sonora. Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação: Fundamento Constitucional. Mudança do Clima e Mercado de Carbono. 16 – Parcelamento e loteamento do solo urbano. Lei nº 6.938/1981 – política nacional do meio ambiente. Estatuto da Cidade. Lei nº 12.651/2012 (novo código florestal). Lei nº 16.342/2014 (Código Estadual do Meio Ambiente).